

Gláucia Wesselovicz  
Janaina Cazini  
(Organizadoras)

# Diálogos sobre **Inclusão 2**



**Glaucia Wesselovicz**  
**Janaina Cazini**  
(Organizadoras)

# **Diálogos sobre Inclusão 2**

**Atena Editora**  
**2019**

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
D536	Diálogos sobre inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-363-7 DOI 10.22533/at.ed.637192805  1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série.  CDD 361.2
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 24 capítulos do volume II, apresenta estudos relacionados a inclusão social com propósito de cooperar para que profissionais, educadores e toda sociedade possam contribuir para elaboração de políticas públicas que garantam as mesmas oportunidades a todos.

Apesar do nosso país ser conhecido por sua diversidade e pluralidade cultural, o problema da exclusão social atinge várias camadas da sociedade e entender como solucioná-las é tarefa complexa, que envolve diferentes esferas sociais interligadas.

Embora estejamos no Século XXI, com um cenário tecnológico e de informação em grande avanço, ainda a condição do acesso aos direitos fundamentais e de igualdade não atingem a quem mais precisa.

Estar atento às possibilidades, é inerente a todos os equipamentos da sociedade e, para isso, o trabalho conjunto entre Instituições educacionais, ONGs e organizações públicas e privadas, se tornam essenciais. Seja no acesso a informação ou cumprimento das leis que asseguram o acesso a igualitário de todos.

Esperamos que esta obra possa inspirar e incentivar a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Glaucia Wesselovicz  
Janaína Cazini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI	
Shearley Lima Teixeira Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928051</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A CONSTRUÇÃO DE UM NAPNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO COLÉGIO PEDRO II	
Cintia Tavares Ferreira Celeste Azulay Kelman	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928052</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
A DISCIPLINA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: UM PANORAMA DOS ACADÊMICOS DE LETRAS DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	
Luiza Valdevino Lima Daniela Valdevino Lima Luciana Maria de Souza Macedo Geórgia Maria de Alencar Maia Ana Patrícia Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928053</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO NAPNE	
Amanda de Almeida Soares Karla Percília da Silva Fortes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928054</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>37</b>
A GESTÃO PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS CEGOS: UM ESTUDO DE CASO	
Alexandre Ribeiro da Silva Geandra Claudia Silva Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928055</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE NO PIBIC: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	
Vera Borges de Sá Laís Bezerra Ferraz Pedro Botelho Cynthia Maria Pereira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928056</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>64</b>
APAE: DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFIAS ÀS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RIO BRANCO - ACRE	
Maria Auxileide da Silva Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928057</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>76</b>
AS ESPECIFICIDADES DO TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Ana Paula Silva Andrade Jorge	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro	
Bianka Pires André	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928058</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>84</b>
CENTRO DE ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (CADE): UMA REDE DE APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA EM SANTO ANDRÉ-SP	
Amanda Sousa Batista Do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>94</b>
CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Cristiane de Fatima Costa Freire	
Francileide Batista de Almeida Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>105</b>
DISCUTINDO A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria das Dores Trajano da Silva,	
Fernanda Araújo Tavares Sabino	
Alice Lima da Silva	
Thayná Souto Batista	
Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280511</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>113</b>
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VISLUMBRANDO DESAFIOS POSSÍVEIS	
Rejane Gomes Ferreira	
Isandra de França Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280512</b>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>122</b>
EDUCAÇÃO NO BRASIL: O USO DAS CONCEPÇÕES INCLUSIVAS E AS PROPOSTAS INTERDISCIPLINARES DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luandson Luis Da Silva Samilly dos Santos Bernardo Luis Joel Nunes De Farias Aldair Viana Silva de Alcaniz Nadjeana Ramalho da Silva Elaine Cristina Meireles Silva Elenith Jussiêr de Lima Silva Ivanildo Severino da Silva Hosana Souza de Farias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280513</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>134</b>
EDUCACIÓN HOSPITALARIA, VOCES DESDE UNA EDUCACIÓN SENTIDA	
Priscilla Cabrera Huichalaf José Guillermo Reyes Rojas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280514</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>142</b>
FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES SURDOS	
Polliana Barboza Fernando Rodrigues Tavares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280515</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>152</b>
ESTUDO DE CUNHO ETNOGRÁFICO DA EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: SIGNIFICADOS E EVIDÊNCIAS	
Ana Cristina Silva Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280516</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>163</b>
GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
Amanda Drzewinski de Miranda Eliza Ribas Gracino Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro Sani de Carvalho Rutz da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280517</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>178</b>
INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES	
Walkiria de Fátima Tavares de Almeida Daniel González González	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280518</b>	

<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>187</b>
O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA COMO CAMINHO PARA DIMINUIR O RACISMO NA ESCOLA	
<p>Maria Leonilde da Silva  Allan Kardec Alves da Mota  Karla Janaina Barbalho Maciel  Cátia Silene da Silva Araújo Pereira</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280519</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>199</b>
O LEDOR DIANTE DOS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA	
<p>Antônio Ferreira de Melo Júnior</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280520</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>210</b>
O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE - PB	
<p>Débora Aragão Bezerra</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280521</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>215</b>
OLHARES E PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	
<p>Géssika Cecília Carvalho da Silva  Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana  Elidiane Lemos do Nascimento  Michele Santana de Oliveira  Elisnando Correia Ferreira</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280522</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>226</b>
SABERES DA EXPERIÊNCIA DE MULHERES LABIRINTEIRAS DA COMUNIDADE DE REDONDA/CE	
<p>Eliane Cota Florio  Stenio de Brito Fernandes  Geraldo Mendes Florio  Magnólia Maria Oliveira Costa  Ana Lúcia Oliveira Aguiar</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280523</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>236</b>
TRABALHO DOCENTE, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<p>Sabrina Araujo de Almeida  Judith Perez Ferreira  Pedro Humberto Faria Campos</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280524</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>248</b>

## OLHARES E PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

**Géssika Cecília Carvalho da Silva**

Instituto Federal de Alagoas

Murici - Alagoas

**Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana**

Instituto Federal de Alagoas

Murici - Alagoas

**Elidiane Lemos do Nascimento**

Instituto Federal de Alagoas

Murici - Alagoas

**Michele Santana de Oliveira**

Instituto Federal de Alagoas

Murici - Alagoas

**Elisnando Correia Ferreira**

Instituto Federal de Alagoas

Murici – Alagoas

**RESUMO:** A inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares é um grande desafio no nosso país, principalmente para os professores. Todas as vezes que são feitas referências à Educação Inclusiva são suscitados os mais variados sentimentos: desde incertezas e angústias até entusiasmos e paixões. Esses sentimentos antagônicos, segundo Souza (2005), são perfeitamente compreensíveis, tanto por estarmos inseridos em uma sociedade que mantém cristalizadas concepções tradicionais e preconceituosas, quanto pela “novidade desafiadora” proposta pela Educação Inclusiva.

Considerando que a função do professor é essencial para o sucesso da educação inclusiva, conhecer as suas percepções e inquietações demonstra a pertinência desse estudo. Assim, esse estudo objetivou conhecer as concepções dos professores do Instituto Federal de Alagoas - Campus Murici - a respeito dos conceitos e impressões sobre inclusão e escola inclusiva; acreditando que esse dessa forma poderia contribuir com o desenvolvimento de estratégias que possam fomentar o processo de inclusão nesse campus. O caminho a percorrer certamente é muito longo, pois a inclusão implica pensar numa escola onde todos fazem parte de tudo, onde os alunos devem receber as mesmas oportunidades de aprendizagem e que essas sejam adequadas às necessidades de cada aluno, respeitando suas habilidades e principalmente o ritmo de cada um, incluindo-se a remoção de barreiras físicas e principalmente atitudinais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão, Professores, Educação inclusiva.

**ABSTRACT:** The inclusion of students with disabilities in regular schools is a great challenge in our country, especially for teachers. Every time references are made to Inclusive Education, the most varied feelings are raised: from uncertainties and anxieties to enthusiasms and passions. According to Souza (2005), these

antagonistic feelings are perfectly understandable, both because we are embedded in a society that maintains traditional and prejudiced conceptions as well as the “challenging novelty” proposed by Inclusive Education. Considering that the role of teachers is essential for the success of inclusive education, knowing their perceptions and concerns demonstrates the pertinence of this study. Thus, this study aimed to know the conceptions of the teachers of the Instituto Federal de Alagoas - Campus Murici - regarding concepts and impressions about inclusion and inclusive school; believing that this way could contribute to the development of strategies that can foster the inclusion process in this campus. The way to go certainly is very long, since inclusion implies thinking about a school where everyone is part of everything, where students should receive the same learning opportunities and that these are appropriate to the needs of each student, respecting their abilities and especially the pace of each, including the removal of physical barriers and especially attitudinal barriers.

**KEYWORDS:** Inclusion, Teachers, Inclusive education.

## 1 | INTRODUÇÃO

Todas as vezes que são feitas referências à Educação Inclusiva são suscitados os mais variados sentimentos: desde incertezas e angústias até entusiasmos e paixões. Esses sentimentos antagônicos, segundo Souza (2005), são perfeitamente compreensíveis, tanto por estarmos inseridos em uma sociedade que mantém cristalizadas concepções tradicionais e preconceituosas, quanto pela “novidade desafiadora” proposta pela Educação Inclusiva. Complementando, Silva e Aranha (2005) afirmam que:

[...] a mudança de um sistema educacional, que se caracterizou tradicionalmente por ser excludente e segregatório, para um sistema educacional que se comprometa efetivamente a responder, com qualidade e eficiência, às necessidades educacionais de todos, inclusive às dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, exige um processo complexo de transformação tanto do pensar educacional, como da prática cotidiana do ensino (SILVA; ARANHA, 2005, p. 374).

Segundo Ferreira (2007), a história das tentativas de mudanças Pedagógicas:

[...] tem centrado a inovação educacional na reforma de métodos, técnicas e programas, deixando intocadas as práticas, a estrutura da instituição, as relações escolares, as posturas profissionais, os tempos e espaços onde se processa a educação do aluno e, ainda, os rituais que dão concretude aos conteúdos intelectuais e formativos da escola (FERREIRA, 2007, p.545).

Ainda que inicialmente as pessoas mudem seu discurso na direção do politicamente esperado e considerado correto, Silva e Aranha (2005) observam que, não raro, as mesmas continuam mantendo um padrão de comportamento tradicional e conservador, que destoa da proposta inovadora da educação inclusiva.

Inúmeras críticas são feitas à proposta de Educação Inclusiva no Brasil. São comuns os questionamentos referentes à escola regular, sua infraestrutura física e o despreparo de recursos humanos (TESSARO *et al.*, 2005). A política educacional, não respondendo às demandas históricas (condições de trabalho dos professores, questão salarial, carga horária de trabalho, reconhecimento social desse profissional, além do número excessivo de alunos por sala de aula, da desmotivação docente e do pouco apoio dos gestores educacionais), faz crer “que basta a ‘boa vontade’ dos professores para que os problemas educacionais se resolvam” (MICHELS, 2006, p.414).

O grande desafio proposto pela inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares em nosso país, segundo Beyer (2006), dependerá de um esforço coletivo que envolva os próprios alunos, os professores, as equipes diretivas e pedagógicas, os funcionários e os gestores do projeto político-pedagógico. As mudanças operacionais necessárias para que as escolas se tornem inclusivas de fato só acontecerão:

[...] quando as instituições reconhecerem suas responsabilidades com cada aluno, abolindo as discriminações e as preferências, oferecendo ao professor melhores condições de atuarem na inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais. Isto envolve capacitação, conscientização da comunidade escolar sobre deficiências e deficientes, material pedagógico, adaptação curricular, apoio técnico, entre outros (SOUZA, 2005, p. 98).

Observa-se, a partir dessas ponderações, que é longa a distância que separa a educação praticada hoje daquela proposta pelos defensores da inclusão. Silva e Aranha (2005) entendem que, embora seja evidente o aumento no número de matrículas de alunos com deficiência em classes regulares do ensino comum, a mera inserção desses alunos não configura, por si só, uma prática inclusiva de ensino. Na mesma linha, Santos (2001 *apud* TESSARO *et al.*, 2005) aponta que ainda hoje, erroneamente, muitos entendem a inclusão como a simples prática de colocar pessoas com deficiência estudando com outras que não possuem qualquer deficiência.

Entretanto, embora não se possa ainda afirmar que todas as iniciativas de inclusão no país sejam exatamente processos de inclusão vitoriosos, também não se pode negar que, “[...] a educação inclusiva é algo que vem se efetivando, mesmo que a duras penas, buscando superar toda uma história de isolamento, discriminação e preconceito” (TESSARO *et al.*, 2005, p. 107).

A Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948, Artigo XXVI) e a Constituição Federal (BRASIL, 1988, Artigo 205) reconhecem a educação como direito de todos indistintamente. Da mesma forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Declaração de Salamanca e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, asseguram atendimento educacional a todas as pessoas, inclusive àquelas com necessidades educacionais especiais.

A Educação Inclusiva, segundo Glat (2007):

[...] é hoje política educacional garantida pela legislação em nível federal, estadual

e municipal. Cabe aos órgãos governamentais e às instituições públicas e privadas implementá-la de forma satisfatória, considerando o contexto e as peculiaridades locais (GLAT, 2007, p.188).

É fundamental, portanto, que se promova efetivamente a construção de um sistema educacional brasileiro em consonância com as propostas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Silva e Aranha (2005) acreditam que, ao se favorecer a formação de cidadãos críticos e responsáveis, possibilitando o acesso ao saber científico e à sua utilização crítica e funcional rotineira, estaremos construindo uma sociedade mais igualitária e humana.

Após a Declaração de Salamanca começaram as discussões referentes à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais. A partir daí a inclusão dessas pessoas no sistema de ensino regular tem sido objeto de pesquisas e de eventos científicos que abordam desde os pressupostos teóricos, políticos e filosóficos até as formas de implementação das diretrizes estabelecidas pelo referido documento (SANT'ANA, 2005). Isso porque, apesar de assegurada legalmente, a inclusão de alunos com deficiência na escola regular, embora venha ocorrendo de forma gradual e contínua, ainda provoca constantemente questionamentos, incertezas e frustrações das pessoas envolvidas com esse alunado hoje presente em nossas escolas (GLAT, 2007).

A sociedade brasileira, segundo SOUZA (2005), ainda se encontra presa a concepções tradicionais e preconceituosas que sobreviveram e se fortaleceram com o passar dos anos. Por ser a Educação Inclusiva uma proposta recente, um processo em construção, exige planejamento e execução além de avaliações constantes. Sabe-se que a implementação de um sistema de Educação Inclusiva não é tarefa simples e que para se oferecer um ensino de qualidade a todos os educandos, inclusive aos que têm alguma deficiência ou problema de aprendizagem, “[...] a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que seus profissionais estejam preparados para essa nova realidade” (FRANÇA; GLAT; BLANCO, 2007, p. 30).

A inclusão não significa apenas transferir o aluno da escola ou da classe especial para a classe comum. Por isso, antes de se planejar e implementar qualquer processo de inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares é importante saber quais as concepções que a comunidade escolar tem a respeito da inclusão desses alunos, os recursos e os déficits que apresentam para a proposição de uma educação inclusiva de qualidade para todos. Conhecer as concepções que os vários segmentos que compõem a comunidade escolar têm sobre a Educação Inclusiva configura-se, portanto, como prioridade. Esse é o ponto de partida para se saber quais os caminhos a serem trilhados e planejados para uma futura intervenção responsável no contexto escolar.

É imprescindível aprofundar o conhecimento sobre os vários aspectos da inclusão.

Não basta apenas pesquisar o que a comunidade escolar sabe sobre a acessibilidade (Lei 10.098), mas, principalmente, conhecer suas expectativas em relação ao processo de inclusão, o que pensa acerca das dificuldades envolvidas nesse processo. É preciso saber as angústias e as necessidades apontadas pela comunidade escolar assim como o potencial por ela apresentado. A avaliação criteriosa permitirá ao pesquisador ter acesso ao repertório de alunos, professores e funcionários possibilitando, então, a construção de bases sólidas que poderão garantir que a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular aconteça efetivamente, eliminando-se barreiras para a aprendizagem propiciando assim a participação de todos.

Considerando que é de extrema importância que a comunidade escolar conheça sua realidade, o presente estudo teve como objetivo conhecer as concepções dos professores do Instituto Federal de Alagoas – Campus Murici, a respeito dos conceitos e impressões sobre inclusão e escola inclusiva; acreditando que esse dessa forma poderia contribuir com o desenvolvimento de estratégias que possam fomentar o processo de inclusão nesse campus.

## 2 | METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo de enfoque qualitativo. A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Alagoas – Campus Murici. Participaram do estudo 21 professores, os quais, após o esclarecimento dos objetivos do estudo, se dispuseram a fazer parte do mesmo.

É importante salientar que esse estudo faz parte de um estudo maior que está sendo desenvolvido com o apoio do NAPNE - Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas, e que tem a participação de quatro (4) alunas bolsistas do Programa de Iniciação Científica - PIBIC.

Foi utilizado um questionário na coleta de dados, que teve como finalidade o levantamento das concepções, conhecimentos, dúvidas e opiniões dos professores sobre a inclusão de pessoas com deficiência no IFAL.

Foram respeitados os preceitos éticos de acordo com as prerrogativas da Resolução 466/12, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Portanto, todos os participantes da pesquisa receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, informando-os das questões éticas pertinentes e dos objetivos da pesquisa.

Para a análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011, p. 135), esse tipo de análise “[...] consiste em descobrir os núcleos de sentidos que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência de aparição, pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Para sua aplicação, foi realizada a leitura dos materiais recolhidos, a fim de identificar as temáticas essenciais e relacionadas ao estudo. Além disso, foi realizada uma exploração dos conteúdos

obtidos, levando em consideração critérios temáticos, que favoreceram a elaboração das categorias temáticas.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Encontramos, exercendo a docência no Instituto Federal, professores com formações distintas: há aqueles com formação obtida em cursos de licenciatura; outros, que trazem sua experiência profissional para a sala de aula; e outros, ainda, sem experiência profissional ou didática, oriundos de curso de especialização e/ou *stricto sensu* (MOROSINI, 2001).

Durante sua formação, os professores deveriam receber informações básicas que os permitissem compreender melhor a diversidade humana. Isso propiciaria a quebra de barreiras atitudinais e facilitaria o desenvolvimento de estratégias metodológicas que valorizassem as diferenças. No entanto, o que presenciemos é a falta de preparo e informação dos docentes (ANDRADE et al., 2006). Sobre isso, Pimenta e Anastasiou (2002, p. 37) discorrem: “a profissão professor enfrenta cada vez mais exigências. O professor possui uma formação específica para exercer a docência e, há um certo consenso de que a docência não requer formação no campo de ensinar”. Há uma cultura de que para exercer a docência é suficiente o domínio de conhecimentos específicos, em geral vindos da pesquisa ou da experiência profissional dos sujeitos. Entretanto, as autoras alertam para o fato de que o professor é aquele que ensina, isto é, dispõe os conhecimentos aos alunos, entretanto complementam que para a maioria dos docentes, se estes aprendem ou não, não é problema do professor. É preciso superar o modelo que considera o professor apenas como transmissor de conhecimento, que se preocupa só com a formação de atitudes de obediência, de passividade e de subordinação nos alunos, que trate os alunos como meros assimiladores de conteúdos.

#### 3.1 . Ponto de vista dos servidores (docentes)

Considerando que a função do professor é essencial para o sucesso de uma educação inclusiva, conhecer as suas visões e inquietações sobre a temática torna-se relevante. Acreditamos que registrar o ponto de vista dos professores é necessário para a compreensão das problemáticas que envolvem a escola. Nesse sentido, foi feito um questionamento aos professores pesquisados, para conhecer seus olhares em relação à inclusão escolar.

A respeito da opinião dos docentes sobre a educação inclusiva, 85% relataram que a educação inclusiva é aquela que respeita as diversidades dos alunos, promove o ensino com as mesmas oportunidades para o aprendizado e dá assistência de acordo com a necessidade de cada um, 7% relataram que a educação inclusiva é colocar os alunos com deficiência nas escolas regulares, 4% relataram que a educação inclusiva

é uma educação para todos e 4% não souberam responder.

PONTO DE VISTA DOS DOCENTES		Porcentagem (%)
O que é Educação Inclusiva?	É a educação que respeita as diversidades e promove o ensino com as mesmas oportunidades	85%
	É o alunos com deficiência frequentando escolas regulares	7%
	É uma educação para todos	4%
	Não sabem	4%
Educação Inclusiva no IFAL	A instituição ainda não promove uma educação inclusiva	21%
	A instituição apresenta a educação inclusiva	14%
	A instituição apresenta parcialmente a educação inclusiva	61%
	Não sabem	4%
O que é deficiência?	É algo que limita ou dificulta que as pessoas realizem algumas atividades	65%
	É algo que requer atenção especial	27%
	Não sabem	8%
Importância de PCD no IFAL	É importante	93%
	Não é importante	7%
Recebeu formação sobre PCD e Inclusão na escola	Não	80%
	Sim	20%
Conhece pessoas com deficiências na escola	Não	87%
	Sim	13%
Acesso e permanência de pessoas com deficiência no IFAL	Existem dificuldades no acesso e permanência	41%
	Não existem dificuldades no acesso e permanência	59%
Ações/mudanças necessárias na escola	Capacitação dos alunos, professores e servidores integrantes da instituição	63%
	Realização de mudanças no espaço físico	34%
	Inserção de pessoas com deficiência no convívio escolar	3%

Quadro 1 - Ponto de vista dos docentes

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Em relação à existência de uma educação inclusiva no IFAL Campus Murici, 21% dos docentes afirmaram que a instituição ainda não promove uma educação inclusiva. Foram apresentados variados motivos evidenciando a inexistência da educação inclusiva, dentre estes se podem citar: falta da adaptação do prédio e a falta da preparação dos servidores docentes. Além disso, 61% dos participantes alegaram que o campus possui parcialmente a educação inclusiva, e outros 14% afirmaram que existe sim, a presença da educação inclusiva, entre os motivos citados em relação a esta afirmação: a presença da assistência social e o espaço físico que supre suas necessidades. Por fim, 4% não souberam responder.

A falta de conhecimento quanto à deficiência gera esse sentimento que, na medida em que o trabalho for acontecendo, vai diminuindo com certeza. No entanto, não podemos atribuir apenas aos professores a responsabilidade do fazer a inclusão acontecer, isso deve ser uma postura geral, pois os benefícios serão para todos.

Quando se procuram em relatos de professores os processos de produção de sentidos sobre a expectativa da inclusão, deve-se levar em conta que tal contexto inclui o fazer/pensar concreto dos professores em seus vários ambientes de atuação. Isso leva a uma análise bastante significativa do processo inclusivo e não simplesmente comparar o que deveria ser a inclusão, com o que está sendo desenvolvido nas escolas.

Considerando que a função do professor é essencial para o sucesso da educação inclusiva, conhecer as suas percepções e inquietações demonstra a pertinência desse estudo. Lupinacci (2015) relata que o olhar está enraizado em algo prévio e inconsciente. Nós olhamos com base em uma posição anteriormente construída ao longo da vida, de onde algo se destaca, constituindo um processo de dentro para fora e vice-versa. A construção da nossa visão de mundo, da forma como o percebemos e nos relacionamos com seus conflitos e desafios, reflete a influência daqueles que observamos em nossa trajetória de vida. Há uma fusão entre observador e observado.

Sobre a concepção do que é deficiência, 65% dos docentes explicaram que é algo que limita ou dificulta as pessoas realizem algumas atividades, 27% falaram que é algo que requer atenção especial e 8% não sabem. Foram citadas como deficiência: física (10), mental (10), visual (9), auditiva (8) e autismo (3). Apesar de não serem deficiências, também foram citadas timidez (2) e ansiedade (1).

Pensar a deficiência como um problema, uma limitação, ou como algo anormal está relacionado com a época, a cultura e a vivência de cada indivíduo. O que não é comum a cada um de nós pode, a princípio, causar rejeição. O limite entre o normal e o anormal é construído com base nas crenças, valores e tradições vigentes em uma determinada época e espaço. Aquilo que no presente se apresenta como normal poderia ser considerado patológico em outra época (ELÓI, 2016).

Há dois modelos que podem ser identificados como forma de basear as práticas e os tratamentos dados a pessoas com deficiência ao longo do tempo. Essas duas tendências distintas podem ser classificadas como: abordagem centrada na pessoa com deficiência e abordagem centrada no meio. Na primeira, considera-se que os fatores orgânicos, como lesões e más formações, congênitas ou adquiridas, constituem-se em causas primárias da deficiência. Na segunda, os fatores ambientais, os tratamentos inadequados e outras condições desfavoráveis para o desenvolvimento normal, são tratados como sendo causas primárias das deficiências. Sobre isso, Carvalho (2008, p. 27) diz que: quando se tratam de modelos para classificar sujeitos, tornando-os referência à normalidade, temos convivido com a dialética entre o modelo médico e o modelo social. Ambos tentam explicar e categorizar a incapacidade e deficiência: aquele conferindo maior ênfase à patologia, aos agentes mórbidos que atingiram os sujeitos e

deixaram suas marcas; este, o modelo social, explicitando que a deficiência não é um atributo do indivíduo e sim o resultado da interação entre suas características pessoais e as condições da sociedade em que vive, o que produz intensas experiências.

A respeito da importância do Campus receber pessoas com deficiência, observou-se que 93% dos docentes acreditam na importância de receber pessoas com deficiência na instituição; os outros 7% relataram que não era importante enquanto campus não apresentar o suporte adequado.

No que diz respeito à preparação dos docentes nas suas universidades, 87% relataram que não tiveram nenhum curso ou nenhuma matéria em sua formação para lidar com pessoas com deficiência e apenas 13% relataram que tiveram a disciplina de libras enquanto universitários. Quanto a sentir-se capacitado para desenvolver uma educação inclusiva para pessoas com deficiência em sua disciplina, 92% relataram que não são capazes, justificando a falta de conhecimento sobre o assunto e apenas 8% responderam que sim, pois já tiveram alguma experiência.

A respeito do IFAL Campus Murici ter promovido alguma instrução para os docentes, 80% relataram que não receberam nenhuma formação e apenas 20% dos docentes relataram que receberam formação. A respeito dos que não receberam uma instrução, suas opiniões sobre a importância dessa capacitação foram: 83% acreditam que é importante esse tipo de formação e 17% abordaram que não é de grande relevância receber essa formação.

A respeito do conhecimento de pessoas com deficiência, 87% dos docentes relataram que não conhece ninguém com deficiência no campus e 13% relataram que conhecem pessoas com algum tipo de deficiência na escola.

Sobre a dificuldade no acesso e permanência de pessoas com deficiência no IFAL, 41% alegaram que existem dificuldades no acesso e permanência de pessoas com deficiência, e 59% relataram que não tem dificuldades. Foram citados exemplos como: falta de rampas, banheiros inapropriados, falta de elevador, falta de piso tátil e falta de preparação dos professores.

Ao se tratar das necessárias mudanças na realidade que se apresenta no IFAL para que as pessoas com deficiências possam ser incluídas verdadeiramente, 63% relataram que seria a capacitação de todos (alunos, professores e servidores) que fazem parte do IFAL, 34% afirmaram que tem que se fazer mudanças no espaço físico e 3% afirmaram que é necessário inserir pessoas com deficiência no convívio escolar.

Por fim, questionados a respeito de o IFAL auxiliar no processo de inclusão de pessoas com deficiência, todos docentes responderam sim e citaram exemplos como a realização de projetos de extensão e pesquisas, promover treinamento de todos e também a adaptação do espaço físico existente.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente educacional precisa de maneira urgente colocar-se frente à nova realidade. Entendemos que o processo de inclusão acontecerá de forma gradativa e lentamente, porém o mais importante é ir sentindo aos poucos essa mudança. Atualmente, percebe-se nos Institutos Federais uma movimentação a favor da inclusão das pessoas com necessidades específicas. Com o surgimento dos NAPNEs, legalizados pela Resolução 45 CS - 2104, tem sido feito um trabalho diferenciado nos Campus dos Institutos Federais de ensino. Os alunos têm sido recebidos e acompanhados em sua permanência na escola, e tentativas que atendam e garantam o processo de aprendizagem do aluno têm sido pensadas constantemente.

O caminho a percorrer certamente é muito longo, pois a inclusão implica pensar numa escola onde todos fazem parte de tudo, onde os alunos devem receber as mesmas oportunidades de aprendizagem e que essas sejam adequadas às necessidades de cada aluno, respeitando suas habilidades e principalmente o ritmo de cada um, incluindo-se a remoção de barreiras físicas e principalmente atitudinais. Os professores devem entender seu papel nesse processo e aceitar capacitar-se para tal. Pois é certo que muitos que atuam hoje no Instituto, na sua grande maioria, não receberam das universidades quando em curso de graduação os conhecimentos necessários para esse atendimento, uma vez que não fazia parte das disciplinas ministradas, assim como os professores da área técnica, que na grande maioria não possuem licenciatura.

Por esse motivo, é comum observar que, em muitos casos, o aluno ao ingressar nas salas de aula, no primeiro momento, apenas é integrado ao ambiente não fazendo parte do mesmo, pois não interage com os professores e nem com seus colegas de turma. Nesse caso, ele está na escola, mas o processo de inclusão ainda não ocorreu. Esse deve ser o desafio e compromisso de toda a comunidade escolar.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE et al. Pessoas com deficiência rumo ao processo de inclusão na educação superior. **Revista Digital de Pesquisa Conquer da Faculdade São Francisco de Barreiras**, v. 1, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEYER, H. O. **Educação Inclusiva ou Integração Escolar?** Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas. In: III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores. Ensaios Pedagógicos. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394 de 20 dez. 96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 15 ago. 2006.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

ELÓI, J. **Normal ou Anormal, eis a questão!** Disponível em: <http://www.psicologiafree.com>. Acesso em: 15 jul. 2016.

FERREIRA, M. E. C. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, p. 543-560, 2007.

FRANÇA, J.; GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. 210 p.

LUPINACCI, L. G. R. **O olhar do professor para a inclusão escolar** – Possíveis aproximações entre a Educação e a psicanálise. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

MICHELS, M. H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n. 33, dez. 2006, p. 406-423.

MOROSINI, M. C. Docência universitária e os desafios da realidade nacional. In: MOROSINI, M. C. (Org.). **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação**. Brasília: Plano, 2001.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: [http://www.onubrasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onubrasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php). Acesso em: 05 jan. 2008.

PIMENTA, S. G., ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANT'ANA, I. M. Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09> Acesso em: 27 maio 2008.

SILVA, S. C. da; ARANHA, M. S. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de Educação Inclusiva. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, set.-dez. 2005, v. 11, n. 3, p. 373-394.

SOUZA, C. da C. **Concepção do professor sobre o aluno com seqüela de paralisia cerebral e sua inclusão no ensino regular**. 2005. 115 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

TESSARO, N. S. *et al.* Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2005, v. 9, n. 1, p. 105-115.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**Glaucia Wesselovicz** - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

**Janaina Cazini** - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-363-7

